



Comunicado de Imprensa n.º 14/55
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
12 de fevereiro de 2014

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui décima avaliação do Acordo EFF com Portugal e aprova desembolso de € 0,91 mil milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a décima avaliação do desempenho de Portugal no contexto do programa económico apoiado por um acordo trienal ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) no montante de DSE 23,742 mil milhões (cerca de € 26,87 mil milhões). Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 0,803 mil milhões (cerca de € 0,91 mil milhões) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 22,182 mil milhões (cerca de € 25,1 mil milhões) em desembolsos ao abrigo do EFF.

Foram executadas todas as ações prévias para a conclusão da presente avaliação. O Conselho de Administração aprovou também um pedido de dispensa da aplicação de critérios de desempenho (CD) para o final de dezembro de 2013. A dispensa é necessária porque a avaliação do Conselho estava programada para ocorrer após o final de dezembro porém antes da disponibilização dos dados necessários para aferir o cumprimento dos CD pertinentes.

O acordo EFF foi aprovado em 20 de Maio de 2011 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 11/190](#)) como parte de um pacote de financiamento coordenado com a União Europeia que ascende a 78 mil milhões de euros ao longo de três anos. Permite o acesso em caráter excecional a recursos do FMI equivalentes a 2306 por cento da cota de Portugal na instituição.

Ao término das discussões, a Sra. Nemat Shafik, Subdiretora-Geral e Presidente em exercício do Conselho, declarou:

“É de louvar o empenhamento das autoridades portuguesas na execução do programa apoiado pelo FMI, não obstante os recentes contratemplos jurídicos. As autoridades promulgaram um orçamento para 2014 que é coerente com os objetivos do programa e introduziram medidas para compensar a componente da reforma das pensões que foi invalidada pelo Tribunal Constitucional. Ao mesmo tempo, embora as perspetivas económicas a curto prazo sejam melhores, o desemprego, conquanto em declínio, permanece

elevado, e persistem riscos. O forte compromisso contínuo das autoridades para com a execução do programa é fundamental para consolidar a recuperação e fazer novos progressos na consecução da sustentabilidade orçamental e externa.

“Será importante completar a consolidação orçamental para colocar a dívida pública numa firme trajetória descendente. Será preciso resistir às pressões para o aumento da despesa pública e dar seguimento aos esforços para racionalizar a administração pública e reduzir a brecha entre as transferências sociais e as contribuições. Novas reformas estruturais na área orçamental, inclusive no que respeita à administração da receita e controlo dos atrasados, serão fundamentais para manter a sustentabilidade das finanças públicas e minimizar os riscos orçamentais.

“A preservação da estabilidade financeira em simultâneo à promoção do acesso ao crédito é necessária para facilitar uma recuperação duradoura. O forte endividamento do setor empresarial, que está a travar o crédito bancário, requer esforços redobrados para facilitar um processo ordenado de desalavancagem, bem como medidas para assegurar que as empresas viáveis tenham acesso ao financiamento.

“As reformas estruturais são a chave para elevar o potencial de crescimento da economia portuguesa. Ainda é preciso aumentar a concorrência no mercado de produtos e a flexibilidade no mercado de trabalho. Para além disso, o investimento, sobretudo no setor de bens comerciáveis, precisa de crescer para gerar os postos de trabalho e os excedentes externos sustentados necessários para corrigir os desequilíbrios.

“O compromisso dos líderes europeus em apoiar Portugal até ao seu regresso pleno aos mercados, aliado à execução vigorosa do programa, será essencial para ajudar o país a continuar a resistir a choques e consolidar os seus progressos.”